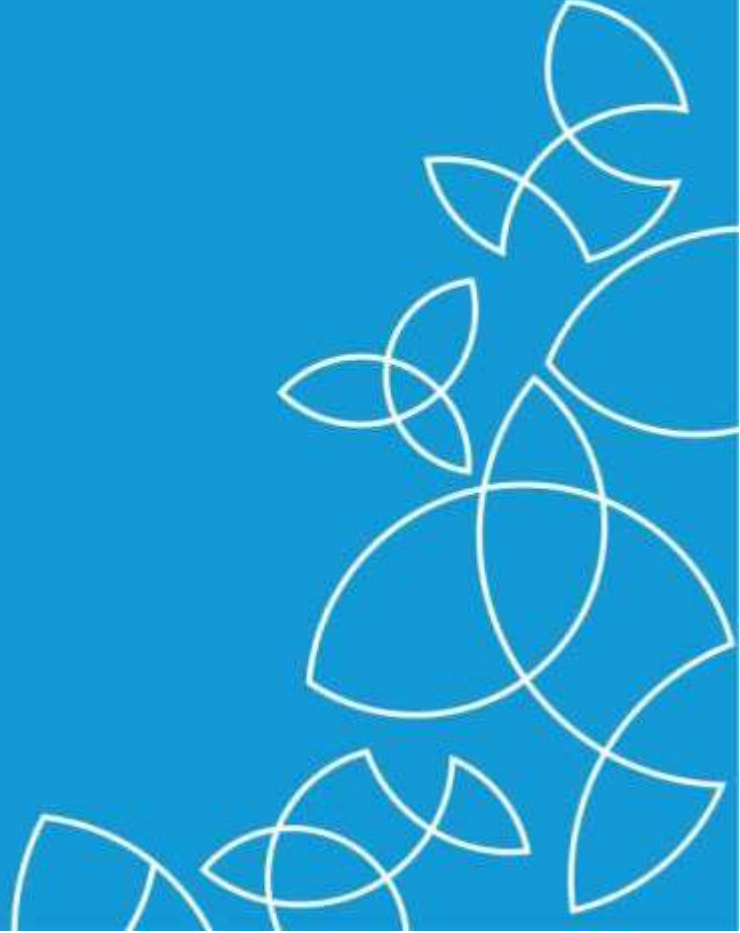


# Anexo V

- Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em vigor na UFRRJ





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

DELIBERAÇÃO Nº 103, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (CEPE), tendo em vista a decisão tomada em sua 371ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 23083.000051/2018-00,

RESOLVE:

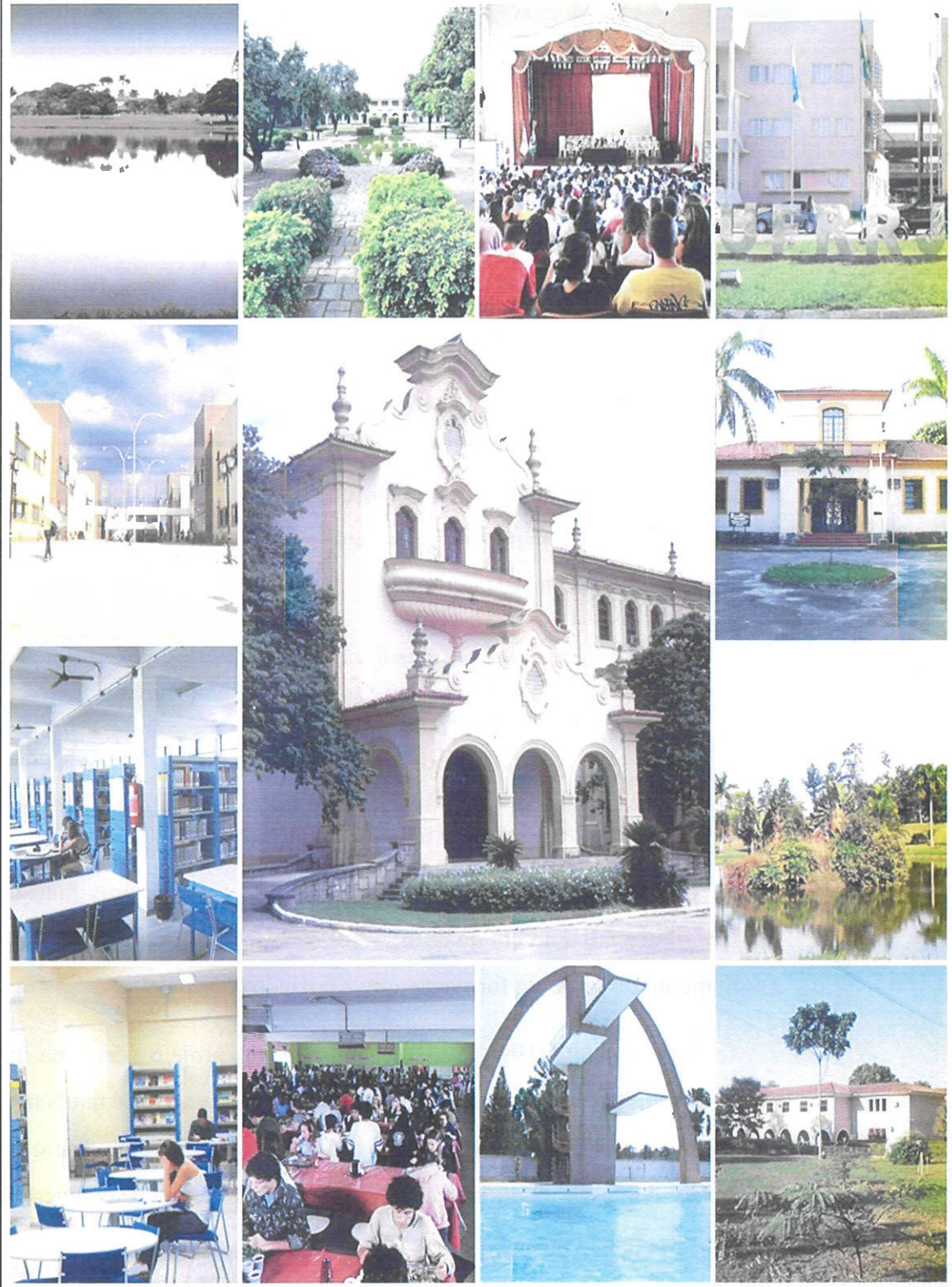
aprovar o Projeto Político Pedagógico da UFRRJ.

RICARDO LUIZ LOURO BERBARA  
Presidente

EM BRANCO



# Projeto Pedagógico Institucional



O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) representa a materialização de intencionalidades referentes aos aspectos de gestão acadêmica referenciados pelas políticas públicas registradas no Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, O PPI baseia-se no desdobramento da avaliação e supervisão realizada pelos órgãos externos competentes que buscam atestar o alinhamento das ações das instituições de ensino traduzidas em serviço para a sociedade.

A atualização dos Projetos Pedagógicos Institucionais são oportunidades de perceber a natureza transitória dos projetos que segundo Gadotti (1994), em muitos casos, são confundidos com planos (conjunto de objetivos, metas e procedimentos). O plano faz parte do projeto, porém não deve ser confundido com o conjunto da obra. O conjunto para o autor é necessário, no entanto:

[...] são insuficientes pois, em geral, o plano fica no campo do instituído ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende hoje todo esse discurso oficial em torno da "qualidade", e em particular da "qualidade total". Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. (GADOTTI, 1997, p.1)

E é nessa direção que a UFRRJ se volta para uma aproximação da transitoriedade do instituído avaliando em quais aspectos obteve-se avanços ou retrocessos para um novo alinhamento da visão de formação que a sociedade brasileira necessita.

Para Gadotti (1994) “não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”. E é nesse sentido que a versão do projeto parte das definições do PNE, dentre outros enfoques, e a partir do contexto restritivo e de retrocesso referentes às questões econômicas de financiamento da educação.

O desafio está posto sobretudo para as instituições públicas que são submetidas ao movimento cíclico dos fatores econômicos com imposição de redução de investimento, congelamento de remuneração de servidores e recrudescimento dos processos regulatórios. Um revés considerável em se tratando de um projeto que busca o fortalecimento dos cursos de graduação pós Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) com os desafios inerentes às políticas de democratização e permanência no ensino superior.



A tensão recorrente entre formação cidadã e formação para o mercado, em tempos de crise, avoluma-se fazendo com que as instituições explicitem sua missão e visão de forma clara. No tocante ao tema, para que se reverbere no interior dos projetos pedagógicos de curso o enfoque a ser buscado, destacam-se o Ensino, a Pesquisa e a Extensão socialmente referenciados para uma sociedade.

Outro desafio da universidade, considerada uma organização complexa em termos de gestão, é o aspecto que Alves (2016) apresenta em sua proposta do Modelo de Referencial para Gestão Universitária relacionando os indicadores de desempenho, organizados por eixo: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Políticas e Gestão Acadêmicas (PGA) e Gestão Institucional (GI). A autoria na descrição do modelo, apresenta a lógica, o motivo de integração do planejamento, gestão e avaliação nestes termos:

A lógica principal do funcionamento do modelo está embasada na dinâmica que caracteriza a teoria sistêmica, onde a inter-relação entre as partes é essencial para a concretização dos objetivos, entendendo a IES como sistema aberto com identidade própria, cenários mapeados, propósitos definidos e senso de missão.

Neste sentido, o PPI tem o desafio de definir e congrega os vários aspectos da gestão acadêmica como documento referência em ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ e em fina sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

### ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFRRJ oferta cursos nas diversas áreas do conhecimento acadêmico, conforme estabelece sua missão e os princípios institucionais. Na graduação presencial, possui 7 cursos na área de Ciências Agrárias, 4 em Ciências Biológicas e da Saúde, 9 em Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 11 em Ciências Humanas, Letras e Artes e 12 em Ciências Sociais Aplicadas

CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ÁREAS DE CONHECIMENTO				
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
AGRONOMIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	GEOLOGIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS AGRÍCOLAS	FARMÁCIA	FÍSICA	BELAS ARTES	COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO
ENGENHARIA FLORESTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	FILOSOFIA	DIREITO

ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	HISTÓRIA	ADMINISTRAÇÃO (DIURNO)
ENGENHARIA DE ALIMENTOS		QUÍMICA	LETRAS (PORT/ING)	ADMINISTRAÇÃO (NOTURNO)
MEDICINA VETERINÁRIA		CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	LETRAS (PORT/LIT)	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ZOOTECNIA		ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRAFIA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
		ENGENHARIA DE MATERIAIS	EDUCAÇÃO DO CAMPO	HOTELARIA
		ENGENHARIA QUÍMICA	PEDAGOGIA	SERVIÇO SOCIAL
			PSICOLOGIA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
			LETRAS (PORT/ESP)	TURISMO
				ARQUITETURA E URBANISMO

Na pós-graduação, dos 43 programas de pós-graduação stricto sensu, 11 são da área de Ciências Agrárias, 3 de Ciências Biológicas e da Saúde, 7 de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 13 de Ciências Humanas, Letras e Artes, 4 de Ciências Sociais Aplicadas e 5 Multidisciplinar. Os cursos de ensino básico, técnico e tecnológico são ofertados nas áreas de Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO SENSU) POR ÁREA DE CONHECIMENTO					
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	MULTIDISCIPLINAR/INTERDISCIPLINAR
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA	BIOLOGIA ANIMAL	MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL	EDUCAÇÃO AGRÍCOLA	ADMINISTRAÇÃO	PRÁTICA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	GESTÃO E ESTRATÉGIA	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
CIÊNCIA DO SOLO	CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	QUÍMICA ORGÂNICA	CIÊNCIAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE	GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS	DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE
FITOTECNIA		ENGENHARIA QUÍMICA	FILOSOFIA	ECONOMIA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES DIGITAIS
FITOSSANIDADE E BIOTECNOLOGIA APLICADA		QUÍMICA	HISTÓRIA		PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE



CIÊNCIAS AMBIENTAIS E FLORESTAIS		GEOLOGIA	LINGUÍSTICA E ARTES		
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS		QUÍMICA EM REDE NACIONAL	HISTÓRIA EM CIÊNCIAS HUMANAS		
ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL			DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS		
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS			EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES		
MEDICINA VETERINÁRIA			PSICOLOGIA		
ZOOTECNIA			EDUCAÇÃO		
			GEOGRAFIA		
			DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE		

A UFRRJ, está organizada em 4 campi com suas características conforme a seguir:

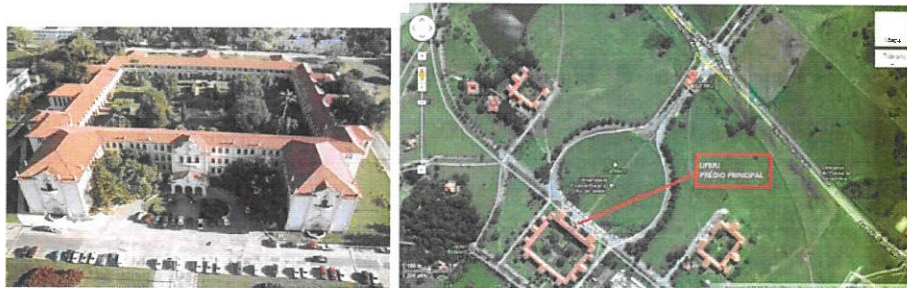
### CAMPUS SEROPÉDICA

Seropédica é um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e ocupa uma área de 283.762 km<sup>2</sup>. Com uma população de 78.186 mil habitantes (IBGE, Censo 2010), faz divisa com os municípios Itaguaí, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Rio de Janeiro e Paracambi. Em 2016, o salário médio mensal era de 3.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 92 e 46 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 42 de 5570 e 1662 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 21 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 3102 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

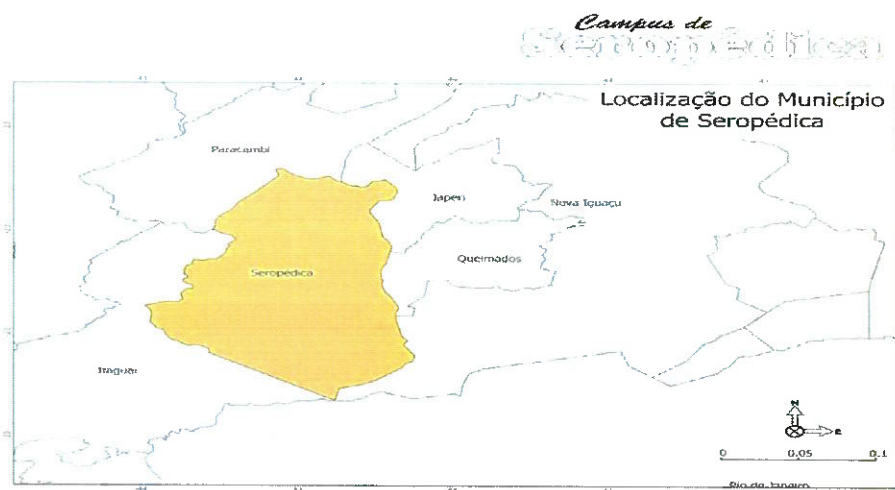
Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 83 de 92. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 77



de 92. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 56 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 2904 de 5570 dentre as cidades do Brasil.



Quanto às questões estruturais, apresenta 64.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 46.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 19.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).



Quantum GIS (1.7.4)  
 WGS 84 / UTM zone 23 S  
 © Google Earth

Elaboração:  
 Alina Hortis, Bárbara Marques,  
 Edilma Havanna, Cláudia Theodoro,  
 Maria Santos, Rainilda Oliveira e  
 Sílvia Maria.

Terma 2011-2 do Curso de Geografia  
 do Instituto Multidisciplinar do Campus  
 de Nova Iguaçu.

Orientadora: Mariana Bial de

(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama> - consultado em 25/03/2019)

## CAMPUS NOVA IGUAÇU

Com uma população de mais de 796.257 habitantes, Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense, é um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, ocupando mais de 520.000 km<sup>2</sup>, faz divisa com os municípios de Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Japeri, Queimados e Seropédica. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6.



Trata-se de um município com salário médio mensal de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 14.0%. (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama> – consulta em 25/03/2019)



Campus de UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ

## CAMPUS DE TRÊS RIOS

Com mais de 77 mil habitantes, mas com uma população flutuante de, aproximadamente, 400 mil pessoas, Três Rios é uma cidade localizada no Centro-Sul Fluminense e tem este nome devido ao encontro de três rios (Rio Paraíba do Sul, Paraibuna e Piabanha). Com uma área de 326 km<sup>2</sup>, faz divisa com os municípios de Comendador Levy Gasparian, Areal, Sapucaia, Paraíba do Sul e São José do Vale do Rio Preto. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.1.

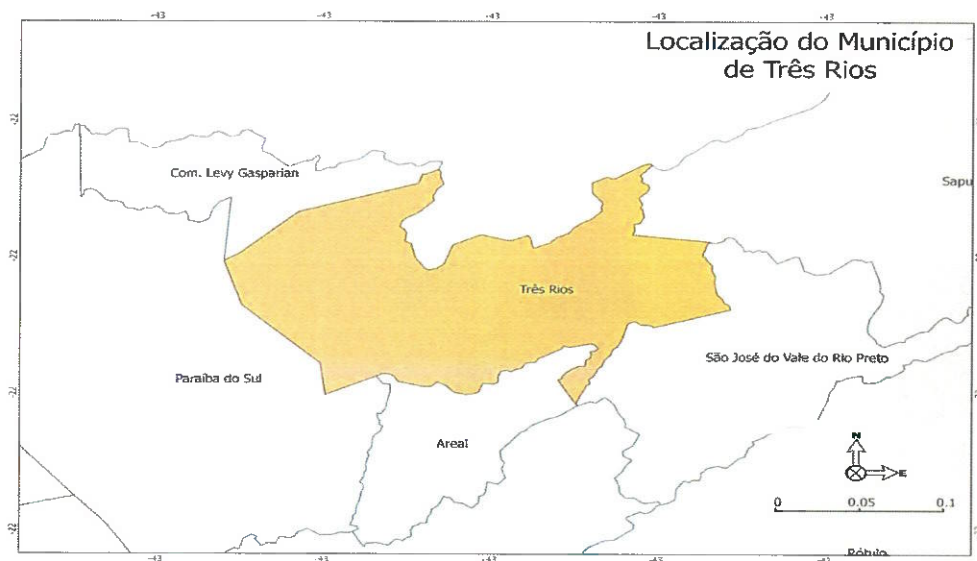


Campus de UFRRJ, Três Rios/RJ



09

# Campus de Três Rios



Localização do Município de Três Rios no Estado do Rio de Janeiro

Quantum GIS (1.7.4)  
WGS 84 / UTM zone 23 S  
e Google Earth

Elaboração:  
Aline Harris, Bárbara Marques,  
Djalma Navarro, Glaucio Theodoro,  
Mariza Santos, Nathália Oliveira e  
Sílvia Matto.

Turma 2011-2 do curso de Geografia  
do Instituto Multidisciplinar do campus  
de Nova Iguaçu.

Orientadora: Monika Richter

(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/tres-rios/panorama> - consulta em 25/03/2019)

## CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes é o maior município do Estado do Rio de Janeiro com uma área de 4.026,696 km<sup>2</sup>, localizado no Norte Fluminense. Com uma população de 463.731 (Censo IBGE, 2010), faz divisa com os municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, Quissamã, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Cardoso Moreira, Italva, Bom Jesus de Itabapoana e Mimoso do sul (ES). (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama> - consulta em 25/03/2019)



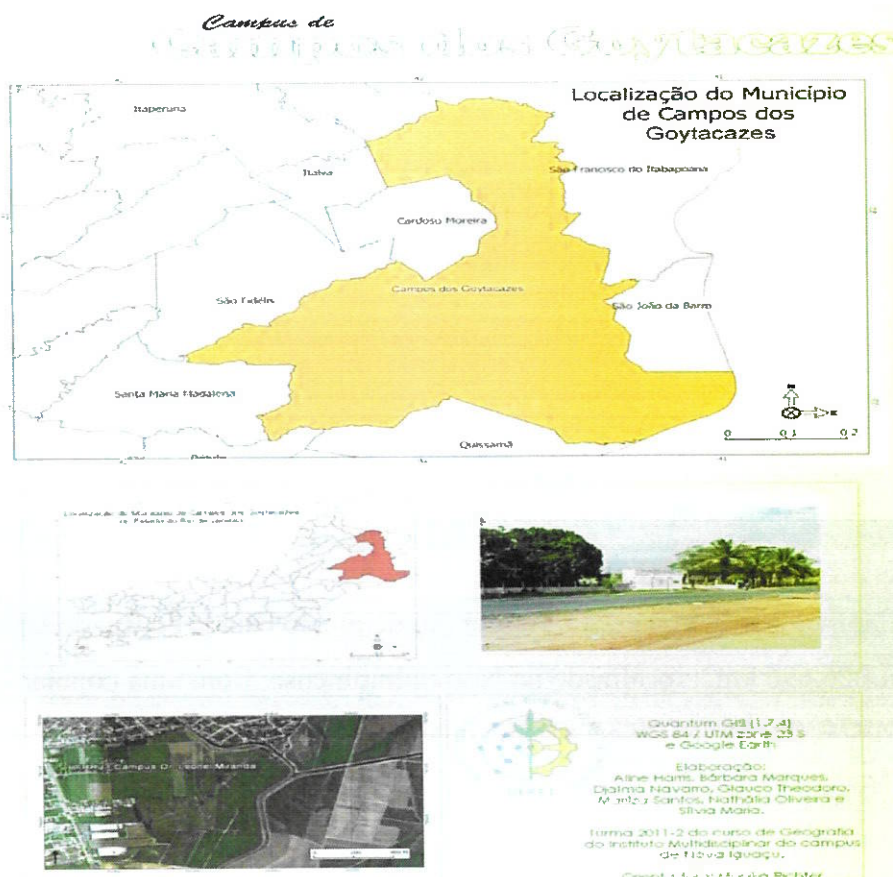
07/2/19

Possui um PIB de R\$ 19 bilhões (2008), PIB per capita de R\$ 67.445,76 (2008) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,72. Em Campos localizam-se importantes universidades públicas (UFRRJ, UFF, IFF, UENF) e privadas (Estácio de Sá, Universo, Candido Mendes, Faculdade de Medicina Campos, ISECENSA e Centro Universitário Fluminense).



Campus de UFRRJ, Campos dos Goytacazes/RJ

O município possui 253 Pré-escolas, 319 escolas de Ensino Fundamental e 75 escolas de Ensino Médio, com 95.934 alunos matriculados (IBGE,2017). (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/13/5902> - consulta em 25/03/2019)



## PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS

Sendo a missão da UFRRJ produzir, sistematizar, socializar e aplicar os conhecimentos científico, tecnológico, filosófico, cultural e artístico por meio das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão articulados em seu desenvolvimento, delinea-se o escopo desta intencionalidade tendo em vista alguns princípios de natureza transversal que devem atravessar a formação independente da área de conhecimento.

O primeiro se refere à valorização da questão socioambiental na formação profissional e cidadã que permita o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão como práxis voltada para a construção de soluções sustentáveis em benefício da sociedade, como princípio formativo, se apresenta de maneira desafiante na organização das atividades de ensino. Em particular, no ensino de graduação tem-se como referência as Diretrizes Curriculares de 15 de julho de 2012 aprovada pela Resolução CNE/CP nº 2 que explicitam o enfoque socioambiental (BRASIL, 2012).

A visão socioambiental complexa e interdisciplinar analisa, pensa, organiza o meio ambiente como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os elementos constitutivos dessa relação modificam-se dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural, cultural, e interage com ela. (BRASIL, 2012, p. 9)

A UFRRJ num esforço institucional busca o engajamento das unidades organizacionais na promoção de um ambiente formativo que disponibilize várias oportunidades de formação com o enfoque da responsabilidade socioambiental.

Outro princípio que se enlaça na questão da sustentabilidade socioambiental é a Educação em Direitos Humanos, que tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, definida no Parecer CNE/CP 08 de março de 2012 que propôs as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. É fundamentada nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

O parecer apresenta a definição do objetivo da Educação em Direitos Humanos no seu art. 5º:

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. (BRASIL, 2012, p. 21)

A UFRRJ intensificará suas ações para que alcance uma formação voltada para o respeito aos direitos humanos traduzidas, inclusive, no contexto de ampliação dos direitos ao ensino superior, desenvolvendo ações para a efetivação da oferta de vagas pela melhoria dos cursos de graduação, ampliando os mecanismos de seleção dos ingressantes, de acompanhamento e de avaliação dos cursos.

A seleção às vagas dos cursos de graduação da UFRRJ é realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e, em certos cursos, com processos seletivos que agregam além do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) outros elementos classificatórios (Belas Artes e Educação do Campo). Ressalta-se que, independente do processo seletivo de ingresso à UFRRJ em cursos de graduação, é atendida a reserva de 50% de vagas como estabelecida pela Lei 12.711 de 2012.

Por outro lado, é preciso considerar que o Ensino Superior responde a um tempo em que a formação ganha novos contornos. Assim, não se trata mais apenas de formar profissionais para atuação em um mercado de trabalho. É preciso considerar uma formação voltada para uma atuação cidadã frente a questões de natureza diversas que se apresentam em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Neste sentido, a formação no Ensino Superior tem como desafio investir em dimensões que incluem a ética, a diversidade étnico-racial, de gênero e cultural entre outras que evidenciam seu compromisso político institucional.

Acrescenta-se a este aspecto, a emergência de novas perspectivas de aprendizagem e, por inferência, de ensino. Em um mundo em efervescente ebulição onde a ciência e a

tecnologia incrementam a circulação de informações em velocidades cada vez mais crescentes, é preciso reconhecer que um ensino pautado pela transmissão-recepção já não mais se sustenta. Neste sentido, a aprendizagem é assumida como processo que deve necessariamente envolver sujeitos na construção de significados referentes à uma área de conhecimento e, principalmente tendo como ponto de partida a apresentação de situações problematizadoras favorecendo o que Engle e Conant (2002) assumem como “engajamento disciplinar produtivo”. Para isto, a aprendizagem na sua relação com o ensino, deverá considerar não apenas conceitos técnico-científicos, mas igualmente o desenvolvimento de competências de natureza cognitiva capazes de viabilizar a reflexão crítica e sistematizada tendo como desdobramento a emergência de soluções a problemas e desafios que, em certa medida, se revertam em benefícios dentro de um contexto de formação e atuação.

Em sendo assim, se assume a aprendizagem como prática social fortalecendo a ideia de que no mundo atual será preciso investir na formação de sujeitos como “lifelong learners”. Ou seja, sujeitos que continuam a aprender para além dos espaços formais de educação como o são as instituições de ensino superior. Para isto, o investimento em novas metodologias de ensino se apresenta como um grande desafio.

A relação entre ensino e aprendizagem se apresenta como um aspecto de grande relevância a ser definido no PPI. O compromisso com os processos de aprendizagem é inerente a toda e qualquer prática formativa que se realiza em contextos formais, devendo estar, portanto, bem definido e alinhado com as políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Este compromisso se manifesta através do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) com a publicação em agosto de 2014 do novo Instrumento de Avaliação Externa que subsidia os atos de credenciamento, reconhecimentos e transformação da organização acadêmica (presencial). Neste instrumento estão inclusos cinco eixos contemplando as dez dimensões avaliativas definidas pelo SINAES. Aqui nos interessa destacar o eixo 3 – Políticas Acadêmicas que orienta a análise dos elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão tendo como meta o aprendizado.



09/4

Neste sentido, não se trata apenas de aferir os resultados relativos à aprovação, reprovação, abandono dos estudantes em disciplinas, mas principalmente definir políticas que se traduzam em práticas acadêmicas que viabilizem a atualização curricular e a implantação de componentes curriculares, o investimento em materiais pedagógicos e programas acadêmicos tais como a monitoria e outros que possam contribuir para que o aprendizado dos estudantes se realize sem grandes intercorrências culminando com a conclusão do curso dentro do prazo médio previsto em cada PPC.

Todos estes aspectos indicam que a versão deste PPI apresenta como desafio incisivo: o contexto socioeconômico e de crise orçamentária do Estado Brasileiro na manutenção do financiamento à Educação agregando vários agravantes na gestão acadêmica para a garantia de um ensino de qualidade nas políticas de acesso e permanência.

## ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica da Educação Básica e dos Cursos de Graduação atende além dos princípios norteadores da UFRRJ, aos requisitos legais que determinam vários aspectos da organização como é o caso das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estes documentos legais disciplinam a estruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). O PPC é um documento referencial para os Cursos de Graduação onde são inscritas as características do curso, o perfil do egresso desejado e a materialização do fluxo com os elementos formativos em uma matriz curricular, bem como os aspectos metodológicos do processo ensino-aprendizagem do trabalho docente e seus desafios.

Na UFRRJ, os cursos de graduação são estruturados a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com o objetivo de diversificar e racionalizar modelos de formação acadêmica, profissional e proporcionar a integração de saberes das diferentes áreas do conhecimento. São oferecidos regularmente em dois períodos letivos anuais, podendo ser ofertado um terceiro período letivo quando autorizado pelo CEPE mediante a caracterização de sua necessidade.

Na organização didático-pedagógica dos cursos a oferta é realizada nos turnos integral (7H-18H), matutino (7H-12H), vespertino (13H – 18H) e noturno (18H-22H). As definições sobre avaliação e demais aspectos da organização serão avaliados com a implementação do novo Sistema Acadêmico – SIGAA que apresenta várias formas de reestruturação dos cursos de graduação e que servirão para a construção do Regimento dos Cursos de Graduação.

O Regimento dos Cursos de Graduação tem apresentado fluxo descontínuo pela ocorrência de desafios na atuação da PROGRAD, como a implementação do SIGAA, por exemplo, sendo uma das metas principais dentro do PPI.

Neste sentido, acrescenta-se a essa dimensão mais um desafio nos termos do recrudescimento da regulação do ensino de forma que a universidade deverá se adequar às alterações relacionadas ao acesso, organização das licenciaturas e atendimento aos programas instituídos como é o caso do Programa de Formação Inicial e Continuada para Professores da Educação Básica (Profic) em substituição ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. A última alteração da LDBEN, Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017 estabelece direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.

A complexidade da intensificação das políticas públicas relacionadas à educação superior e à educação básica dispõe um desafio contínuo para as definições estruturais dos cursos de licenciatura e bacharelado da UFRRJ.

Após as considerações preliminares dos aspectos gerais da organização didático pedagógica passa-se aos destaques de elementos que serão objetos da implementação de estudos visando às melhorias esperadas.

## Ensino de Graduação

A UFRRJ aprovou em 2015 o Regimento da Pró-reitoria de Graduação criando a Unidade Organizacional responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de

102  
14

graduação. Tais cursos têm seus PPC's acompanhados identificando-se o estabelecimento de novas diretrizes curriculares, relatórios de avaliação externa nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), bem como os mecanismos de avaliação interna, como é o caso da avaliação de disciplinas.

O acompanhamento da Taxa de Sucesso de Graduação (TSG) do Tribunal de Contas da União (TCU) que visa ao alcance das metas inscritas no Plano Nacional de Educação (PNE) é outra métrica que direciona o acompanhamento didático-pedagógico dos cursos, identificando os possíveis fatores que interferem no fluxo acadêmico, o que resultaria nas ocorrências da evasão (saída da instituição sem ter completado o processo formativo) e das retenções (permanência do estudante no curso que excede o tempo mínimo de conclusão dos componentes curriculares).

A atenção a essas ocorrências impõe o monitoramento que apontem para a avaliação dos aspectos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que contribuem para essas ocorrências negativas do desempenho acadêmico (evasão e retenção). Para tanto, a PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação) da UFRRJ pretende definir ações de avaliação a serem realizadas pelas coordenações de cursos de graduação, bem como a construção do Regimento da Graduação (em elaboração) onde serão registrados os aspectos da organização didático-pedagógica.

Tratando-se de um processo formativo que agrega tanto os elementos de aprendizagem quanto os de ensino, a UFRRJ busca ampliar suas ações no levantamento dos fatores relacionados à prática docente. Objetiva-se com isso identificar possíveis aspectos que deverão ser pontuados para a mitigação de fatores agravantes do desempenho acadêmico.

Na outra ponta do processo, do estudante, as ações estão sendo intensificadas para uma melhoria nos processos de identificação dos fatores que levam os estudantes aos índices de reprovação, trancamento de matrícula e evasão, seja nas questões pedagógicas com as tutorias, monitorias ou mesmo em apoio à permanência com os recursos socioeconômicos realizados em articulação com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

## POLÍTICA DE ENSINO

As políticas de Ensino são referenciadas pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que são:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. melhoria da qualidade da educação;
- V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX. valorização dos(as) profissionais da educação;  
promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Dentre as dez diretrizes destacam-se as que estão relacionadas diretamente à atuação da UFRRJ na sociedade, como a erradicação do analfabetismo, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação, melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e para cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As diretrizes são desdobradas por tema e metas nas quais a UFRRJ poderá atuar, conforme Quadro 2:

Quadro 2. Temas e metas do PNE aplicados à UFRRJ



Tema	Meta																				
Qualidade da educação básica / Ideb (7)	<p>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ideb</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EF iniciais</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>EF finais</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>EM</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ideb	2015	2017	2019	2021	EF iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0	EF finais	4,7	5,0	5,2	5,5	EM	4,3	4,7	5,0	5,2
Ideb	2015	2017	2019	2021																	
EF iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0																	
EF finais	4,7	5,0	5,2	5,5																	
EM	4,3	4,7	5,0	5,2																	
Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto (9)	Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.																				
Acesso à educação superior (12)	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.																				
Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente (13)	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.																				
Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.																				

Fonte: PNE 2014-2024

As Instituições de Ensino Superior – IES têm dupla responsabilidade com a sociedade, pois além de formar os quadros de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, e em se tratando dos cursos de licenciatura, ainda contribuirão para a formação

dos profissionais que atuarão na educação básica na expectativa que se alcance as metas relacionadas a melhoria dos ensinos fundamental e médio.

Neste sentido, seguem-se as políticas de ensino ordenadas para o atingimento dos objetivos do PNE.

## Valorizar o Ensino de Graduação

A valorização do Ensino de Graduação como uma das atividades-fim da UFRRJ atendendo a alguns elementos principais elencados a seguir:

### **Ocupação das vagas remanescentes**

A definição da ocupação das vagas remanescentes deve ser potencializada pela oferta de vagas ociosas por meio de outros processos seletivos como a Transferência Externa e Reingresso (interno e externo). Sendo assim, as coordenações de curso disporão o número de vagas a serem ocupadas por esses processos seletivos respeitando-se a capacidade de utilização dos espaços acadêmicos e a manutenção da qualidade dos cursos de graduação referentes ao número de estudantes por professor e infraestrutura. (Deliberação CEPE nº 6, de 26 de fevereiro de 2010).

### **Mobilidade intercampi, estadual, nacional e internacional**

Incentivar a participação dos estudantes em programas de mobilidade acadêmica considerando o investimento em um processo de flexibilização de trajetória acadêmica que permitirá de um lado, a superação de intercorrências tal como reprovação e retenção que podem comprometer o tempo previsto de conclusão de curso e, de outro, a possibilidade de vivenciar experiências formativas em outras instituições. Neste sentido a imersão em contextos sociais e culturais diversos, propicia ao aluno o enriquecimento e a ampliação da visão de mundo.

O investimento nesta política deverá ser conduzido em uma relação estreita com a Coordenadoria de Relações Internacionais da UFRRJ de modo a termos firmados os convênios que autorizam a mobilidade desses estudantes.

## **Otimizar Programas Institucionais de Apoio aos Estudantes**

Os Programas institucionais de apoio acadêmico aos estudantes (tutoria, acompanhamento dos ingressantes e concluintes) visam à melhoria dos serviços acadêmicos superando-se as possíveis deficiências acumuladas ao longo da trajetória acadêmica. Atualmente dois programas dessa natureza são conduzidos pela PROGRAD.

O programa de monitoria, já consolidado, atende a disciplinas em diferentes áreas de conhecimento e corresponde a um grande investimento acadêmico e orçamentário já que os monitores recebem bolsas para desenvolver suas atividades.

O outro é o de Tutoria, iniciado em 2015 como projeto piloto, apresentou resultados satisfatórios culminando com sua aprovação em 2016, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Ambos os projetos contam com uma unidade organizacional na PROGRAD (Departamento de Programas Acadêmicos) destinada a acompanhar administrativa e academicamente programas dessa natureza.

## **Formação Continuada de Docentes – UFRRJ**

O docente tem um papel importante nas instituições de educação superior, pois sua atuação é imprescindível na formação de profissionais qualificados e como cidadãos comprometidos com a sociedade. Diante disso, a formação continuada de professores é uma medida necessária para atualização e melhoria da prática docente, sendo assim compreendida como um processo de aprendizagem permanente e de desenvolvimento profissional.

A Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Cursos de Graduação (DAACG) iniciou, em fevereiro de 2019, um estudo sobre as contribuições das Metodologias Ativas na Educação, tendo em vista as contribuições dessas novas abordagens pedagógicas para a aprendizagem significativa para que seja realizado um curso de Formação Continuada aos professores da UFRRJ acerca dessa temática, de modo a melhorar a prática pedagógica, contribuindo assim para o processo de aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação.

### **Formação de Professores da Educação Básica**

Com a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a Comissão Permanente de Formação de Professores (CPFP), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) vem atuando na atualização da Política Institucional de Formação de Professores, através de reuniões com coordenadores e representantes de cursos de Licenciatura e na criação de subcomissões como grupo de trabalho para a análise e implementação da reestruturação curricular dos cursos de licenciatura da UFRRJ, em atendimento a resolução.

Nesse sentido, o processo de reestruturação curricular dos cursos de licenciatura da UFRRJ segue uma construção coletiva, ao reconhecer o currículo enquanto um instrumento de formação humana e, no contexto da formação de professores, a construção do currículo, a partir de uma perspectiva emancipatória da educação, torna-se o elemento importante para a melhoria da Educação Básica e de mudança social.

### **Fortalecimento dos programas acadêmicos (acompanhamento e avaliação)**

Outra ação imprescindível para o sucesso acadêmico são os programas de acompanhamento do desempenho dos estudantes relacionados aos conceitos positivos como permanência e conclusão de curso.

A PROGRAD trabalha na ampliação do Programa de Tutoria para as disciplinas do ciclo básico, bem como os estudos de outras ações com a implementação de programas de acompanhamento mais operacionalizado pelo Sistema Acadêmico -SIGAA.

As ações desenvolvidas nesse sentido sofreram um revés pois o Sistema INTEGRA desenvolvido com a participação das coordenações de curso e que contava com vários recursos para o acompanhamento dos índices docentes, discentes e cursos, teve seu funcionamento interrompido pela ação da Coordenadoria de Informática que apontou para a instituição do SIGAA.



130  
X

Neste sentido o desafio de implementar mecanismos de acompanhamento está associado ao desenvolvimento e utilização de ferramentas do SIGAA. O SIGAA já dispõe do Regime de Observação de Desempenho Acadêmico (R.O.D.A.), com o perspectiva de implantação na UFRRJ. O R.O.D.A. foi “criado na tentativa de minimizar os cancelamentos de programa por Desempenho Acadêmico Insuficiente. O R.O.D.A, que funciona como uma espécie de “sinal amarelo” e uma tentativa, através de orientação, de se contornar uma situação de desempenho acadêmico preocupante para o discente”.

## Implementar Políticas e Programas de Ações Afirmativas

### Consolidação de Cotas

A partir da aprovação da Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016, referente à instauração da política de cotas para o acesso aos cursos de graduação, a PROGRAD constituiu três comissões, a saber:

1) Comissão de Análise Socioeconômica, para análise da documentação de renda dos candidatos declarados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em atividade desde 2013;

2) Comissão de Verificação de Autodeclaração étnico-racial, criada em 2018.1, para a realização da entrevista dos candidatos autodeclarados pretos e pardos, atendendo a recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

3) Comissão Permanente Multiprofissional de Acessibilidade para avaliação médica dos candidatos inscritos em vagas para pessoa com deficiência, a partir de 2017.

As comissões são compostas por servidores docentes e servidores técnicos-administrativos efetivos da UFRRJ, levando em consideração o compromisso profissional e social dos servidores públicos na efetivação do ato administrativo, conduzido com rigor e responsabilidade, a fim de atender as exigências descritas na lei e nos documentos relacionados ao atendimento dessas políticas aprovados pelo Ministério da Educação, dando assim garantia a ocupação da vaga dos cursos de graduação da UFRRJ aos sujeitos de direito das ações afirmativas.

## Permitir a inclusão e a permanência de alunos com deficiência

### **Acessibilidade / Inclusão**

As políticas de inclusão e acessibilidade são realizadas através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ/ NAI-UFRRJ que atualmente é constituído por representantes de todos os segmentos da instituição. O NAI-UFRRJ encontra-se em fase de consolidação e atua diretamente no levantamento das demandas específicas de alunos com deficiência encaminhando-as diretamente para as instâncias responsáveis. Além disso, o NAI-UFRRJ passou a acompanhar diretamente o processo de análise dos candidatos que ingressam à instituição pela reserva de vagas para pessoas com deficiência – Lei nº 13.409/2016.

## Avaliar sistematicamente cursos, unidades curriculares e docentes

Referência obrigatória a qualquer programa ou ação de melhoria da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

O fulcro do PPI ancora-se obrigatoriamente no PNE como referência para a política, os programas e ações para a melhoria do ensino de graduação.

### **Plano Nacional de Educação - PNE**

Dentre as metas, a Meta 12 do PNE (2014-2024) está a relacionada à educação superior, com a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para noventa por cento, além de ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos. Outro quesito é de elevar a relação de estudantes por professor(a) para dezoito, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

144  
A elevação da qualidade da educação superior (Meta 13) apresenta como estratégia a indução de processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente. CitaM-se outras estratégias:

- promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;
- elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir noventa por cento e, nas instituições privadas, setenta e cinco por cento, em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em cinco anos, pelo menos sessenta por cento dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a sessenta por cento no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e, no último ano de vigência, pelo menos setenta e cinco por cento dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a setenta e cinco por cento nesse exame, em cada área de formação profissional.

### **Taxa de Sucesso da Graduação**

Dentre as ações previstas no PNE encontra-se a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para noventa por cento e, em adição, a matriz orçamentária prevê o repasse de verbas por estudantes que concluem e não pelo número de estudantes ingressantes.

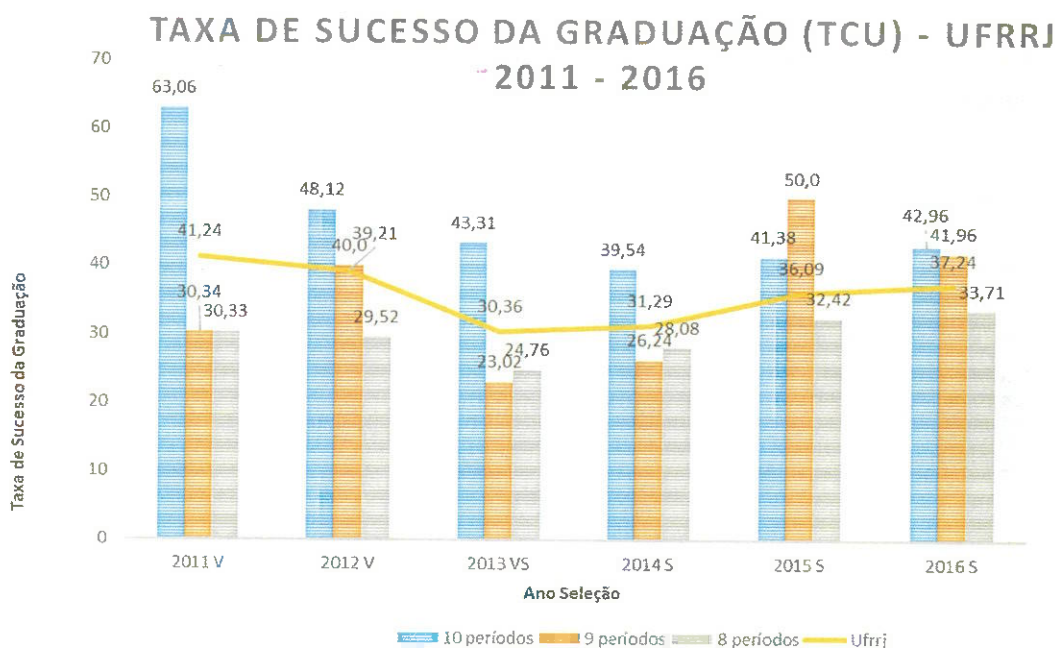
Este ordenamento reforça a necessidade de uma política de ensino que acompanhe os fatores que interferem no desempenho acadêmico identificando os fatores negativos do fluxo como a evasão e a repetência.

A Taxa de Sucesso da Graduação - TSG, é um índice definido pelo TCU para o acompanhamento do atingimento de metas da política nacional para o ensino superior que

15  
9

apura o percentual de estudantes que concluíram os cursos no tempo médio de integralização dos componentes curriculares.

Os dados da TSG referentes à UFRRJ em 2016 estão apresentados no Gráfico 1.



FONTE: PROGRAD, 2017

Destaca-se a importância dos processos de autoavaliação dos cursos, o estudo dos índices de evasão e repetência no ciclo básico, bem como o acompanhamento dos egressos como forma de avaliação da qualidade do serviço educacional prestado em relação a sua atuação profissional.

### Autoavaliação dos cursos

A autoavaliação dos cursos responde pelo acompanhamento da execução dos Projetos Pedagógicos em alinhamento ao PPI/PDI identificando-se os pontos fortes e fracos para uma gestão acadêmica mais efetiva que passa pelo acompanhamento do fluxo da matriz curricular como materialização de uma intenção de formação alinhada com o perfil do egresso desejado.



Marcovitch (2015) apresentando o modelo de universidade como Sistema, partindo da experiência na Universidade de São Paulo – USP, apresenta assim a graduação como um processo relacionado à atividade fim gerando resultados e impactos.

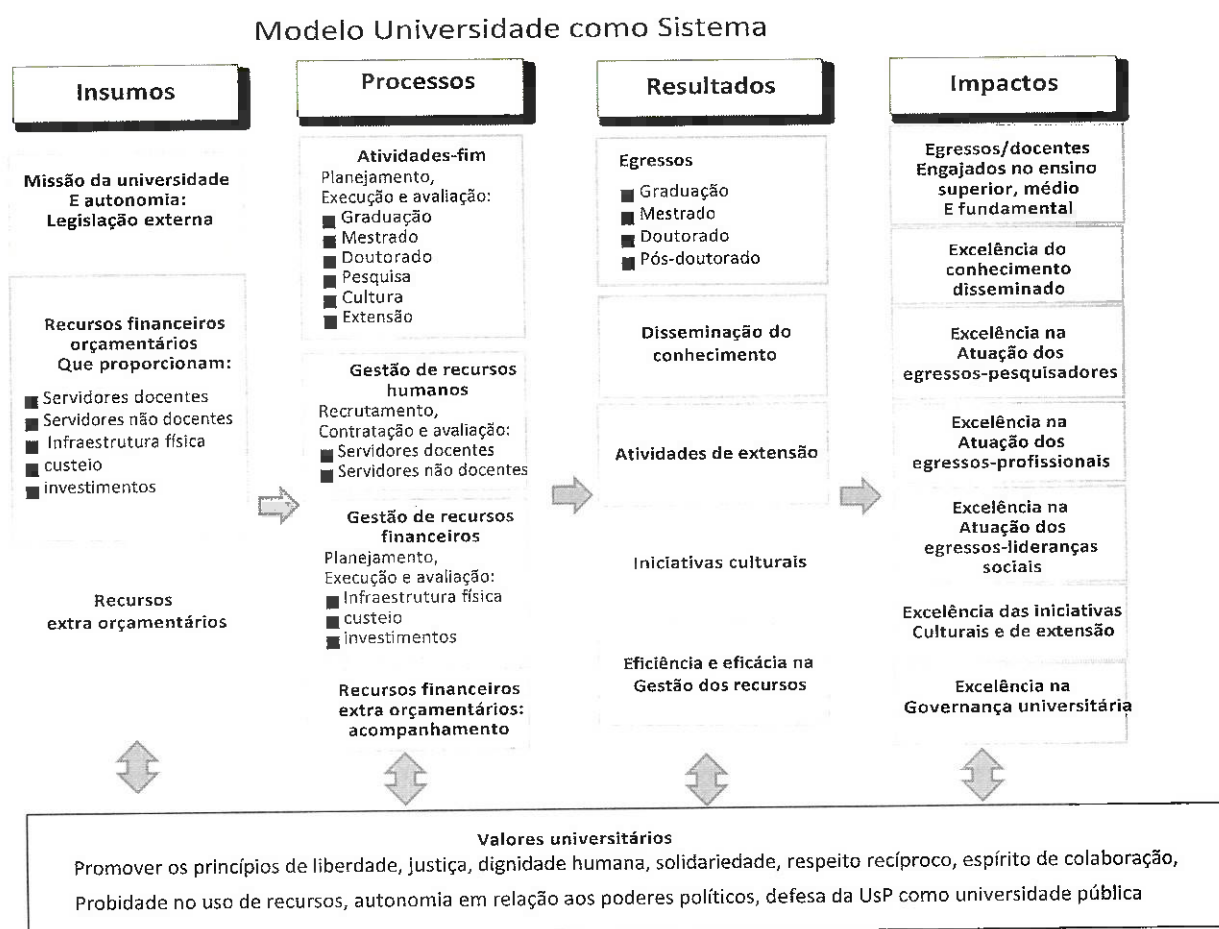


Figura 3 – Modelo Universidade como Sistema (Fonte: Marcovitch, 2015)

Neste sentido, o movimento contínuo de autoavaliação promoverá a identificação dos resultados que poderão ser tratados visando a melhoria contínua dos índices de satisfação.

### Acompanhamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos

Passados 20 anos da instituição das diretrizes curriculares nacionais em substituição aos currículos mínimos definidos pelo Conselho Federal de Educação, temos um novo cenário para a estruturação na oferta dos cursos de graduação. No Quadro 1 pode-

se constatar as principais diferenças de enfoque na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação na relação Currículos Mínimos e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Quadro 1 - Principais diferenças entre Currículo Mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais

Aspectos da formação no Ensino Superior	Currículos Mínimos	Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)
Certificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromisso com a emissão de um diploma para o exercício profissional</li> <li>• Fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com o art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares.</li> <li>• Variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.</li> </ul>
Profissionalização	Concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfeixadas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso.	A formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas
Inovação e flexibilização	Inibiam a inovação e a criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios.	Flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos.
Conteúdos curriculares	Muitas vezes atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso.	Orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.
Perfil do egresso	Um profissional “preparado”	Profissional adaptável a situações novas e emergentes
Intencionalidade de formação	Mensurar desempenhos profissionais no final do curso.	Referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento.

Fonte: Carvalho & Dalvo (no prelo)

162  
9

Destaca-se, além da flexibilização curricular e a autonomia na definição dos currículos plenos, ainda que:

Nas DCN, no aspecto da organização da oferta, busca-se evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação, incluindo orientações para a condução de avaliações periódicas, com instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas, o fortalecimento da articulação da teoria com a prática, onde se valoriza a pesquisa individual e coletiva, os estágios e a participação em atividades de extensão. (Carvalho e Dalvo, no prelo)

Os cursos da UFRRJ serão conduzidos a estudos que viabilizem a otimização da organização curricular, evitando-se o prolongamento dos cursos que atualmente apresentam cargas horárias que chegam a atingir quase 50% a mais do que é definido como mínima nas diretrizes curriculares conforme se observa na Tabela 1. Esta ocorrência pode ser entendida como um fator que contribui para a retenção dos estudantes nos cursos.

Tabela 1. Duração dos cursos de graduação em relação às diretrizes curriculares maior que 10%.

Curso	CHM(DCN)	UFRRJ		% DCN	OBS
Comunicação Social	2.700	2016	3000	11	
Agronomia	3.600	2010	4070	13	
Geologia	3.600	2008	4085	13	
Ciências Sociais	2.400	2010	2730	14	Bacharelado
Administração	3.000	2012	3440	15	EAD
Medicina Veterinária	4.000	2015	4595	15	
Engenharia Florestal	3.600	2013	4145	15	
Matemática	2.400	2016	2770	15	Bach./Seropédica
Matemática	2.400	2010	2810	17	MAC/Nova Iguaçu
Farmácia	4.000	2016	4715	18	
Engenharias	3.600	2008	4280	19	Alimentos
Zootecnia	3.600	2014	4355	21	Matriz 2009 PROGRAD
Computação e Informática	3.000	2012	3680	23	
Engenharia Agrícola	3.600	2015	4480	24	
Engenharias	3.600	2010	4510	25	Agrimensura e Cartográfica
Turismo	2.400	2010	3035	26	
Arquitetura e Urbanismo	3.600	2008	4640	29	
Matemática	2.400	2016	3115	30	MAC/Seropédica
Economia Doméstica	2.400	2013	3230	35	Bacharelado
Química	2.400	2014	3385	41	Bac./Noturno
Química	2.400	2014	3425	43	Bach./Integral
Geografia	2.400	2009	3455	44	Bach./Seropédica

Fonte: PROGRAD/DAACG, 2017

Pode-se observar que os cursos de bacharelado de Química e Geografia são o que mais excedem a carga horária mínima definida pela Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Resolução CNE/CES nº 02/2007, bem como a Resolução nº 4/ 2009 (cursos de Ciências Biológicas, Farmácia e Educação Física).

Junto à ação de acompanhamento das cargas horárias dos cursos de bacharelado, agrega-se o desafio de organização dos currículos dos cursos de licenciatura pela determinação da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### Programa Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica da UFRRJ

O investimento na Formação de Professores tem sido uma ação constante da UFRRJ para além dos dispositivos legais que apontam para orientações regulatórias e avaliativas. No processo de expansão vivido pela instituição a partir de 2006, verifica-se a criação de novos cursos particularmente no campo da educação. Atualmente a UFRRJ oferta 19 cursos de licenciatura.

Além disso, a partir de 2010, a instituição aderiu ao PARFOR oferecendo cursos de Licenciatura em Pedagogia, História, Letras e segunda Licenciatura em Filosofia para professores em exercício em redes públicas de modo a atender uma demanda regional. Ao mesmo tempo, que se realiza esta inserção dos cursos de licenciatura na UFRRJ, reconhece-se a importância de se estabelecer uma política institucional acerca da formação de professores.

Particularmente, verifica-se o primeiro passo nesse sentido ao se aprovar a Deliberação CEPE nº 138 de 2008 que define normas para a organização didático-pedagógica das licenciaturas e aprova a constituição de uma Comissão Permanente de Formação de Professores (CPFP) que tem como meta estabelecer um diálogo entre coordenações de curso garantindo a discussão em torno de concepções e perspectivas formativas de professores, bem como de avaliação dos processos de implantação de componentes curriculares.



## Módulo Especial de Disciplinas

A retenção nos cursos de graduação pode ser identificada pelos índices de trancamento de matrícula, além dos índices de reprovação nas disciplinas, resultando em um prejuízo no tempo de integralização do curso (conclusão).

Na figura 4, é demonstrado os dados isolados do segundo período de 2017 dando uma visão da movimentação acadêmica neste período dimensionando-se a problemática do alto número de estudantes evadidos e baixo número de formandos proporcionalmente ao número de estudantes ingressantes.

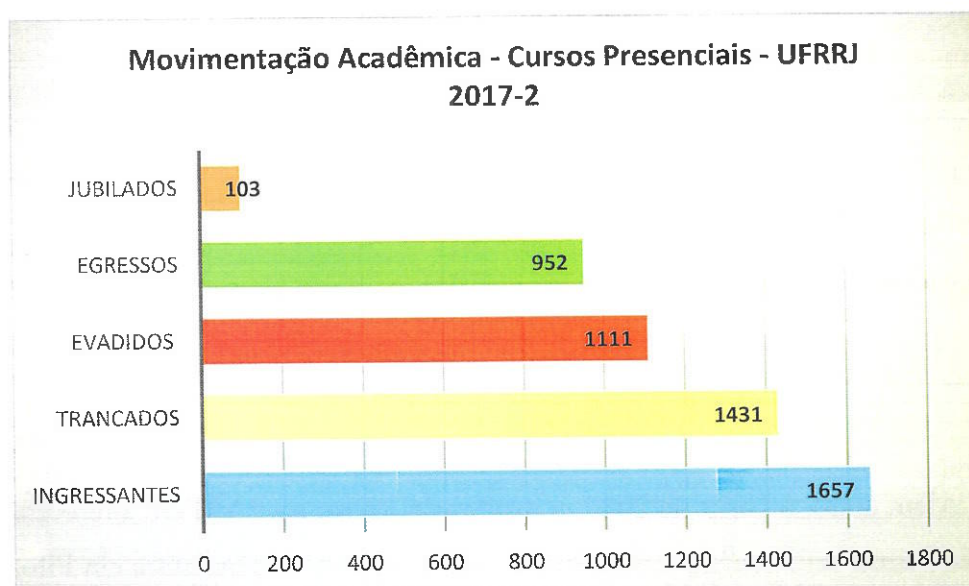


Figura 4: Movimentação Acadêmica – UFRRJ 2017- 2 (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Foram 1657 ingressantes segundo as formas de ingresso Vestibular / SISU – 1487, Reingresso Interno – 14 e Ex-Ofício – 2. Os egressos foram 952 entre os integralizados (32) e os que colaram grau (920). Neste período foram registradas 1111 evasões, considerando os cancelamentos (373), desligamentos (734) e transferências externas (4).

Os jubilações (103) apesar de serem considerados institucionalmente como evasão, foram registrados em separado, indicando-se o grupo de estudantes que não conseguiu terminar os seus cursos no tempo máximo de integralização definido no Projeto Pedagógico do Curso. E, por fim, o registro de 1.431 estudantes com matrícula trancada. (Fonte: Módulo Acadêmico – Rotatividade de Cursos, em 25/04/2017).

Dentre as razões de baixa integralização temos a retenção tanto em disciplinas que fazem parte da estrutura da matriz curricular, com grande cadeia de pré-requisitos, quanto disciplinas “soltas” que comprometem a integralização dos cursos, no período mínimo ou médio de conclusão do curso.

Dentre essas disciplinas que comprometem a integralização, podemos citar: a Matemática I (IC 251), obrigatória para 06 cursos de graduação – Agronomia, Engenharia Florestal, Ciências Econômicas, Administração, Administração (Noturno) e Farmácia, chegando a compor com 16 disciplinas em cadeia de pré-requisito.

No caso do Curso de Engenharia Florestal, curso que apresenta o maior impacto na cadeia de pré-requisitos, 16 disciplinas, que representam 58 créditos, 870 horas, respondendo por 24% da carga horária das disciplinas do curso em créditos obrigatórios (3.585h).

A Figura 5 apresenta as informações do impacto da cadeia de pré-requisitos a partir da disciplina IC 251 no curso de Engenharia Florestal.

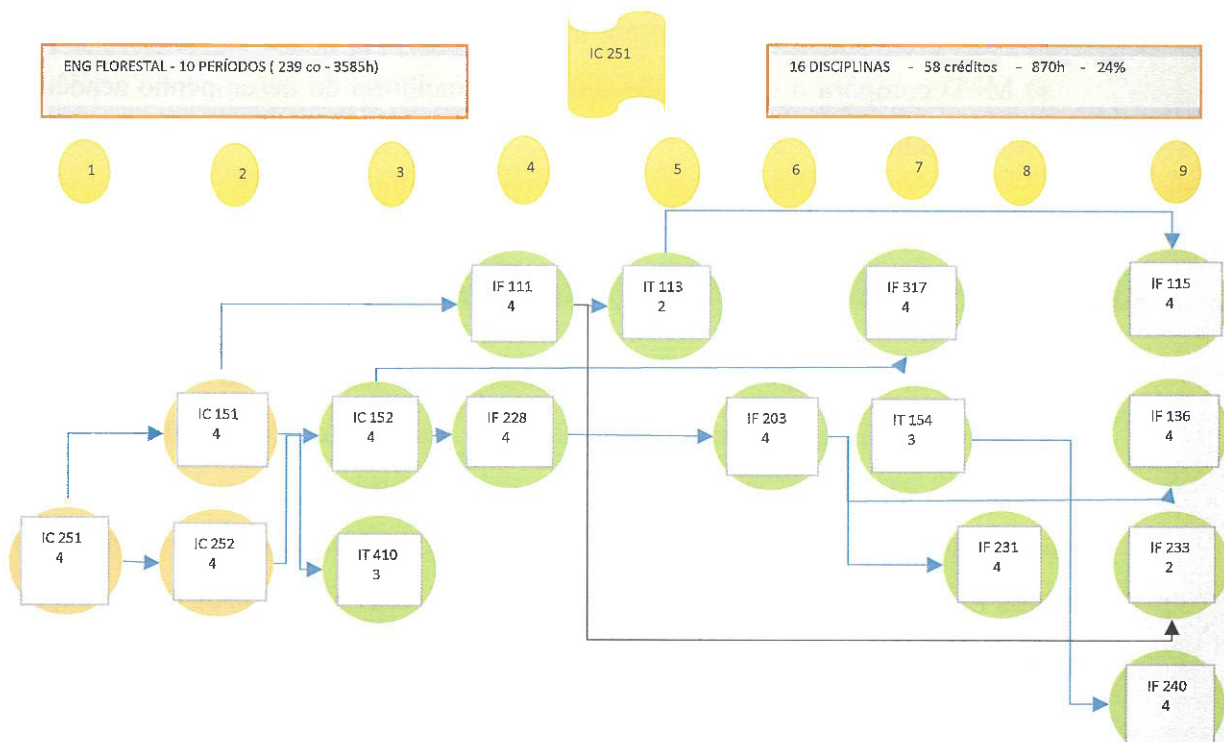


Figura 5: Eng<sup>a</sup> Florestal – Cadeia de pré-requisitos – IC 251 (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Na figura 6, observa-se o desempenho acadêmico dos estudantes na disciplina Matemática I (IC 251) do Instituto de Ciências Exatas, nos períodos de 2014 I a 2016 II.

Os períodos de 2014 I e 2016 I registraram os maiores percentuais de retenção, 64,7 e 59, respectivamente.

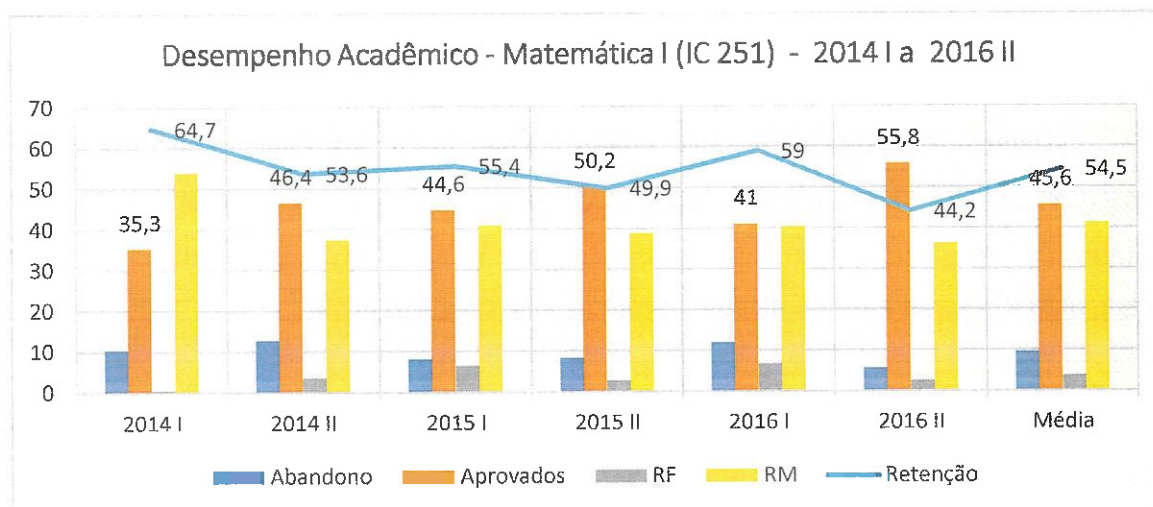


Figura 6: Desempenho Acadêmico de estudantes na disciplina Matemática I – 2014 I a 2016 II (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Neste sentido, a PROGRAD lançará um programa de Módulo Especial de Disciplinas (MED) que comporá as ações que visam à diminuição dos índices de repetência e retenção. O MED consiste na organização de turmas especiais, com oferta diferenciada para estudantes retidos por reprovação por média superior a 3,5.

O MED comporá o conjunto de ações para melhoria do desempenho acadêmico dos cursos de graduação.

## POLÍTICA DE EXTENSÃO

As Políticas de Extensão são ações norteadoras que articulam a extensão universitária com os princípios e objetivos da UFRRJ. No que diz respeito ao diálogo com a comunidade, através de programas e projetos de extensão, pretende-se até 2020 a consolidação das atividades já existentes e a aprovação de novos projetos junto a órgãos externos, ressaltando-se que ainda é muito escassa a oferta de editais públicos voltados para a extensão universitária.

## Da conceitualização da extensão universitária

Entende-se por Extensão Universitária, o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

As atividades de Extensão Universitária a serem desenvolvidas na UFRRJ seguem o estabelecido pelo Plano Nacional de Extensão (1999) e o preconizado pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

São consideradas atividades de Extensão Universitária: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, assessorias e consultorias nas áreas técnica, científica, artística, cultural e esportiva.

As atividades de Extensão Universitária estão organizadas nas seguintes linhas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

São diretrizes básicas das atividades de Extensão Universitária da UFRRJ: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social.

## Das políticas de extensão da UFRRJ através de seus setores

A política de extensão da UFRRJ em sua dimensão pedagógico institucional, pode ser melhor explicitada pelas demandas absorvidas por cada um dos setores da Pró-reitoria de Extensão, de modo a elencar os encaminhamentos que se dão sempre em articulação com as outras pró-reitorias da Universidade

Política de Esportes da UFRRJ - O Departamento de Esportes e Lazer (DEL) é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que tem por finalidade coordenar as atividades de prestação de serviços e projetos de extensão vinculados ao esporte e lazer através do gerenciamento da infraestrutura desportiva disponível à comunidade acadêmica da UFRRJ, delineando a política institucional desportiva da UFRRJ. Para tal visa:



- 191
- A implantação de ações que visam proporcionar melhores condições para atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
  - Garantir o foro de discussão sobre o papel do esporte na universidade pública e no contexto social e na produção de conhecimento;
  - Promover integração com a comunidade local e regional, estabelecendo um espaço de contribuição para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

O DEL compreende as seguintes dependências: Praça de Desportos; Ginásio de Esportes G1; Ginásio G2 (Forninho); Pista de Atletismo; Campos de Futebol 1 e 2 e Campo Society; Quadras de Tênis 1, 2, 3 e 4; Quadras Poliesportivas Externas 1, 2, 3, 4 e 5; Parque Aquático Prof. Fausto Aita Gai; Piscina olímpica; Piscina de Saltos; Piscina Juvenil; Piscina Infantil.

– Política de Arte e Cultura - O Departamento de Arte e Cultura (DAC) é responsável por desenvolver, coordenar, promover, orientar as ações de extensão relacionadas à arte e cultura no âmbito da universidade, cidade de Seropédica e seu entorno, além dos demais *Campi* da UFRRJ e suas respectivas cidades como parte do plano de cultura da UFRRJ. Criando ações participativas, afirmativas e democráticas e outras formas de convivência, de saber e conhecer, de aprender e ensinar, que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural, da memória e do patrimônio da UFRRJ.

O DAC é composto por Centro de Arte e Cultura da UFRRJ – CAC e Complexo Artístico-cultural da UFRRJ e são suas atribuições em articulação com as demandas pedagógicas da Universidade: I – implantar discussão com a comunidade acadêmica sobre a política cultural da UFRRJ; II - coordenar e supervisionar os projetos, projetos e ações de extensão artístico-culturais e de memória e patrimônio no âmbito do Departamento; III - gerir projetos e bolsas de extensão artístico-culturais e de memória e patrimônio vinculadas ao Departamento; Promover as atividades artístico-culturais e de memória e patrimônio cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão no âmbito da Universidade e seu entorno; VI – Gerenciar a infraestrutura artístico-cultural, de memória e patrimônio dos espaços pertencentes ao Departamento.

- O Centro de Arte e Cultura é o setor responsável por parte da comunicação e interação com a cidade de Seropédica, oferecendo para este público oficinas artístico-culturais e sendo um espaço de convivência. Atende também a comunidade acadêmica, além de

receber grupos de pesquisa, extensão é também responsável pelo planejamento, organização e desenvolvimento de ações de extensão relacionadas à arte, à cultura, além de gerenciar os espaços físicos do setor e possui 03 setores:

I. Coordenação de educação artístico-cultural é responsável pelo desenvolvimento e oferecimento de minicursos, oficinas e projetos educacionais que influenciem a formação cultural da universidade, seus *campi* e as cidades em seu entorno.

II. Núcleo de produção cultural “Seu Gusta” é responsável pelo gerenciamento do CineCasulo, além de devolver, organizar e oferecer mostras, seminários, festivais, apresentações, exposições e visitas técnicas.

III. A Coordenação dos Espaços Culturais é o setor responsável por gerenciar os aparelhos culturais pertencentes ao DAC, além de organizar, desenvolver e coordenar as atividades, a manutenção e controle de uso e cessão referentes à 05 espaços localizados no pavilhão central da UFRRJ:

- a. Anfiteatro Gustavo Dutra.
- b. Auditório Hilton Salles.
- c. Auditório Professor Gusmão
- d. Salão Azul

**Política de articulação de programas e projetos em ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida através do Departamento de Programas e Projetos de Extensão (DPPEX).**

Este departamento visa gerir os Projetos de Extensão que agregam a produção da universidade em prol da construção dos objetivos fins da UFRRJ, que podem ocorrer por manifestações individuais de docentes, técnicos ou estudantes, ou por setores institucionais.

Além disso, a visão de projetos que fomenta a articulação da produção do conhecimento da universidade em forma de extensão, também inclui:

- Ações dos Grupos, Projetos e Eventos de Extensão;

20/11/17

- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Extensão e Empresas Juniores da UFRRJ;

- Expansão das atividades extensionistas intercampi;

Programação e promoção de Acordos, Encontros, Palestras, Seminários, Colóquios, Jornadas e Cursos.

### **Relações comunitárias da Proext**

Dentro do quadro essencial das relações com a comunidade, a Proext possui seu principal programa de fomento à entrada de jovens na instituição através do Pré-enem. Este curso atinge cerca de 200 jovens das comunidades.

Além disso, se pretende ampliar essa política nos próximos anos, através do desenvolvimento de uma política de cursos online para a comunidade acadêmica e externa, em parceria com outros atores da UFRRJ.

Políticas de Pós-Graduação:

PPI anterior:

<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/11/PDI-UFRRJ-2013-2017.pdf>

21  
8

### Referências Bibliográficas:

Deliberação UFRRJ CEPE nº 6, de 26 de fevereiro de 2010

Resolução CNE/CES nº 02/2007

Resolução nº 4/ 2009

Resolução CNE/CP nº 2 (BRASIL, 2012).

Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015

Parecer CNE/CP 08 de março de 2012

ALVES, L. GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: Proposta de referencial fundamentado na abordagem da gestão do conhecimento, 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/08/Lourdes-Alves.pdf>>. Acesso em: 21/6/2017.

CARVALHO, A.L. & DALVO, R. O Desafio da Educação Ambiental nos Cursos de Graduação. No prelo.

ENGLE, R & CONANT, F. (2002). Guiding principles for fostering productive disciplinary engagement: explain an emergent argument in a community of learners classroom. *Cognition and Instruction*, 20(4), 399-483.

GADOTTI, M. 1994. Projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. Transcrição do debate realizado na Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília.

MARCOVITCH, J. Universidade em Movimento. *Revista USP*, v. 105, p. 43-50, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
UFRRJ



EM BRANCO